

I – Considerações Prévias

1. De harmonia com o preceituado na Lei, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2009, tendo em vista a apreciação e aprovação política do executivo, sujeitos a processo de certificação por parte de uma entidade competente para o efeito, Revisor Oficial de Contas, e posteriormente remetidas para apreciação da Assembleia Municipal, bem como ao controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e, ainda, o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos Órgãos de tutela de Administração Central.
2. É conhecido de todos, e porventura nem toda a verdade, a difícil situação financeira e orçamental do País, que condiciona as políticas de investimento, inclusive, dos Municípios, não só, em virtude dos constrangimentos legais, como também, pela exígua taxa de execução do QREN.
3. O atraso sucessivo da implementação do QREN, bem como, da disponibilidade das verbas quando aprovadas as candidaturas, vem causando problemas de tesouraria aos Municípios, aumentando os níveis de endividamento e noutros casos, frustrando expectativas de novos investimentos.
4. Esta conjuntura marcou a execução do orçamento de 2009, designadamente, quanto à não concretização de investimentos na área do ambiente e ao aumento dos

níveis de endividamento de curto a prazo aos fornecedores, por via de atraso nos pagamentos de obras comparticipadas.

O exemplo da construção do novo bloco da EBI de Trancoso é paradigmático do que acabámos de referir.

O contrato de financiamento deste investimento foi outorgado a 26 de Junho de 2008.

A obra foi concluída e recepcionada a 13 de Novembro de 2009, sendo o investimento total de 1.524.854,31 €, valor este apenas relativo à fase de construção, ao qual acrescendo ainda o montante de investimento em equipamento, estimado em mais de 80.000,00 €.

A burocracia do Estado levou a que durante o exercício em questão, apenas tivessem sido recepcionadas comparticipações no montante de 233.889,18 €, transferidos em duas prestações em Setembro e Dezembro, o que condicionou os pagamentos atempados ao empreiteiro, conduzindo, inevitavelmente, a um considerável aumento das dívidas a fornecedores no decurso do ano de 2009.

II - Execução das Grandes Opções do Plano

Na sequência do que já se afirmou sobre o QREN, e dada a mudança de estratégia deste quadro, em que deixou de haver um *plafond* financeiro pré-acordado com cada Município, passando a ser só possível realizar candidaturas em resposta aos concursos decididos pelo Governo e pelas CCDR's, verificou-se que, em face das dificuldades financeiras do Estado, foram sendo sucessivamente protelados os concursos e a contractualização com os Municípios.

Como consequência verificou-se:

1. Um atraso injustificável na aprovação das candidaturas integradas na contractualização da COMURBEIRAS
2. A impossibilidade de concretizar os investimentos na área do ambiente, designadamente as redes de água e saneamento, bem como as Etar's. previstas em Plano e Orçamento para 2009.
3. A indefinição que permanece, sobre os centros escolares
4. A indecisão sobre os programas PROVERE, que apesar de aprovados, não tendo verbas próprias, não se sabe como o Governo os vai financiar.

Poder-se-á contrapor, que os Municípios poderiam ir realizando os investimentos e quando fossem publicitados os concursos, responder aos mesmos apresentando as candidaturas.

Todavia, os regulamentos não permitem apresentar candidaturas de obras, que estejam já concluídas fisicamente, o que prejudica inevitavelmente a execução orçamental.

Tal aconteceu com o arruamento circundante às muralhas “Rua da Barbacã”, que depois de executado pretendíamos incluir na candidatura da “regeneração urbana”, e por uma das componentes estar concluída não foi possível participá-lo.

Ainda assim, conseguiu-se implementar em 2009 a execução de alguns projectos, designadamente:

- a) No âmbito do Programa Operacional do Centro – Mais Centro
 - a.1) Construção Novo Bloco EBI de Trancoso
 - a.2) Requalificação da EM Trancoso /Aldeia Velha
 - a.3) Arranjo do Largo Luís Albuquerque
 - a.4) Centro de Interpretação Isaac Cardoso
 - a.5) Remodelação da Iluminação Pública no Centro Histórico

- b) No âmbito do Programa Operacional de Valorização do Território
 - b.1) Instalação de Campo Relvado Sintético
 - b.2) Construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca das Naves

III – Programas Comunitários Aprovados

O deslizar do efectivo início do QREN, levou a que no ano de 2009 um dos objectivos da Autarquia fosse o de pelo menos assegurar o quadro de iniciativas comunitárias enquadradoras dos objectivos de investimento do Município, independentemente de conseguir concretizar o objectivo de execução das mesmas. Assim:

1. Contratualização

No âmbito da contratualização com a Comurbeiras foram aprovadas as seguintes candidaturas:

- 1.1 Escola EBI de Trancoso
- 1.2 Requalificação da EM Trancoso/Aldeia Velha
- 1.3 Museu da Cidade

2. Regeneração Urbana

No âmbito da medida de Regeneração Urbana, foram aprovados os seguintes investimentos:

- 2.1 Centro de Interpretação da Batalha de Trancoso
- 2.2 Remodelação da Iluminação Pública no Centro Histórico
- 2.3 Largo Luís Albuquerque

3 Programa Operacional de Valorização do Território

3.1. Instalação de Campo Relvado Sintético

3.2. Construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca das Naves

IV - INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

No final de cada exercício orçamental é, pelo menos, sensato, realizar algum juízo de valor sobre o estado de desenvolvimento do concelho, já que é o fim último da actividade autárquica. Assim:

I INDICADORES DEMOGRÁFICOS (NUT III B.I. NORTE)

(indicadores de 2008)

1.1. Taxa de crescimento efectivo: 0,81%

A 2ª melhor taxa a seguir ao concelho da Guarda (- 0,01)

1.2 Taxa de Crescimento Bruta de Natalidade: 7,60

A 2ª melhor taxa a seguir à Guarda (8,10)

1.3 População Residente: 10.338 habitantes

Por referência a Pinhel, temos agora mais 500 habitantes, quando em 2001 tínhamos - 500

II CONDIÇÕES DE VIDA (NUT III B.I. NORTE)

(Indicadores de 2007)

2.1. Mercado de Trabalho

Ganho médio mensal: 707,00 €

Constata-se ser o 3º melhor indicador da NUT III, a seguir à Guarda e Manteigas (Guarda 782,4)

2.2. Educação / Formação

2.2.1 Taxa Bruta de pré-escolarização %: 108,2

Trata-se do 1º resultado da NUT III. A Guarda apresenta para o indicador um valor de 104,9%.

2.2.2 Taxa Bruta de escolarização no ensino básico %: 126,07

Trata-se do melhor resultado da NUT III. A Guarda apresenta um valor de 119,4 para o mesmo indicador.

2.2.3. Taxa Bruta de escolarização no ensino secundário %: 167,4

Trata-se do melhor resultado da NUT III. A Guarda apresenta um valor de 109,2.

2.3. Poder de Compra Per Capita: 57,32

III. Ambiente

3.1. População servida por sistema de abastecimento de água %: 92%

A Guarda apresenta um valor de 95%.

3.2. População servida por estações de tratamento de água residuais %: 78%

A Guarda apresenta um valor de 81%.

V – Notas às Demonstrações Financeiras

Balanço

Na estrutura do balanço, a componente relativa aos bens do imobilizado tem habitualmente um peso muito significativo, e até mesmo preponderante, no valor global do activo.

Considerando que por bens do imobilizado se entende os bens patrimoniais activos, de natureza corpórea ou incorpórea, utilizados pelas entidades como meio de realizar os seus objectivos, eles representam os meios de produção, as condições de trabalho, ou ainda, são fonte geradora de rendimentos.

Será pois sempre importante analisar as oscilações que em cada ano económico vão afectando o valor das imobilizações.

O exercício de 2009 fica marcado pela inversão da tendência verificada nos últimos anos, em que se tem assistido a uma diminuição do valor líquido do imobilizado. Sabendo-se que em cada exercício económico se faz reflectir no valor dos bens do imobilizado, a desvalorização imposta pela perda de valor provocadas por factores associados ao desgaste físico que resulta da passagem do tempo e do uso, perda esta traduzida no valor das amortizações, o valor global do activo líquido vai sendo sucessivamente menor, a não ser que compensado em cada ano, por um valor de investimento superior ao das amortizações do exercício.

Num contexto de necessidade contenção de despesa, não será pois expectável atingir um volume de investimento superior ao elevado valor de amortizações do exercício contabilizadas em entidades em que, dada a dimensão do seu património, se incorre anualmente em custos com amortizações necessariamente muito significativos.

No entanto, a concretização de um investimento considerado estratégico para o concelho, conduziu a um substancial acréscimo do valor das imobilizações corpóreas.

A construção do novo Bloco da Escola Básica Integrada de Trancoso, constituiu uma inequívoca contribuição para a melhoria das condições de aprendizagem e qualidade de vida das gerações mais novas do concelho.

Representando um volume de investimento superior a um milhão e meio de euros, executados durante o exercício em análise, conduziu a um acréscimo muito significativo do valor inscrito nas imobilizações corpóreas em curso. Se à execução desta empreitada, associarmos outras realizações, em que se destaca a requalificação da estrada municipal Trancoso / Aldeia Velha, entre outras, concluímos que o valor das imobilizações em curso apresenta uma taxa de crescimento na ordem dos 64% no decurso do exercício de 2009.

A esta situação não será obviamente estranha a circunstância de, durante o ano em apreciação, ter sido possível dar finalmente início à execução do QREN, que permitiu participar a execução de alguns projectos, nomeadamente os atrás referenciados, viabilizando a sua concretização.

No entanto, o volume de despesa executado durante o exercício de 2009 não teve a correspondente repercussão no total de receitas cobradas relativas às respectivas participações.

Este facto, resultou também ele num acréscimo do valor do activo reflectido no balanço no final do exercício, uma vez que o montante de participações indexadas às despesas efectivamente realizadas, foram contabilizadas como um direito do Município, por via da aplicação do princípio da especialização do exercício, fazendo aumentar exponencialmente o saldo das dívidas de terceiros inscrito na conta **268 – Outros Devedores**. Considerando no entanto, que o volume de participações transferidas em 2009 não teve qualquer paralelo com o montante da despesa realizada, tal facto traduziu-se em simultâneo, num aumento muito significativo do valor de dívidas a fornecedores, as quais se encontram registadas no balanço de forma repartida entre a conta **2611 – Fornecedores de Imobilizado c/c e 2615 – Fornecedores com Contratos de Factoring**.

Uma outra nota relativa ao activo do balanço, é dirigida para o acréscimo do valor inscrito na conta **271 – Acréscimo de Proveitos**, aumento este que resulta basicamente da estimativa do valor do IMI relativo ao exercício de 2009, montantes que serão cobrados em 2010, estimativa esta que teve por base de cálculo os montantes de imposto arrecadados em 2009.

Quanto aos valores registado no passivo, será pertinente esclarecer a evolução verificada em algumas contas.

Assim, e no que respeita ao reforço do valor das provisões efectuadas no ano económico em causa, decorrem do facto de se acautelar potenciais custos relativos a um processo judicial em curso no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, movido pela empresa Civifran – Construções, Lda, a qual reclama uma indemnização em resultado da anulação de um processo de adjudicação da empreitada de construção do quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca das Naves, rescisão esta motivado por imperativos de ordem técnica.

Uma outra nota deverá ser produzida no sentido de esclarecer que o valor registado na conta **2311 – Empréstimos de Curto Prazo**, não corresponde verdadeiramente a operações de financiamento negociadas por um prazo inferior a um ano, mas antes corresponde ao valor das amortizações de capital que se estima liquidar no decurso do ano de 2010, relativas às operações de crédito contratualizadas para o médio e longo prazo, procurando-se apenas fazer reflectir no balanço os valores a amortizar no curto e no médio/longo prazo.

Ainda em relação aos financiamentos de curto prazo, deverá esclarecer-se o facto de o Município de Trancoso ter contratualizado em Junho de 2009 uma operação desta natureza, de forma a resolver problemas de tesouraria relacionados com a necessidade de proceder ao pagamento de despesa comparticipada no âmbito do IIIQCA, sob pena de se perder o direito ao respectivo financiamento, tendo no entanto o mesmo sido liquidado dentro do mesmo ano económico.

Quanto à circunstância de se verificar um acréscimo do valor inscrito na referida conta (**2311**), tal resulta do actual contexto marcado por taxas de juro muito baixas, que permitem que para um mesmo nível de serviço de dívida a pagar às instituições bancárias, se consiga proceder a um maior volume de amortização de capital em dívida.

Uma última referência aos saldos apresentados nas contas do balanço, respeita ao facto de em 2009 se ter passado a fazer reflectir numa conta específica, os valores em dívida a fornecedores de imobilizado que procederam à venda dos respectivos créditos a entidades de factoring. Não sendo este procedimento novo, verificava-se apenas que em anos anteriores toda a dívida estava registada apenas na conta **2611 – Fornecedores de Imobilizado c/c**, sem se fazer reflectir aqueles que recorreram a operações desta natureza.

Também em relação aos fornecedores, foram evidenciados, e à semelhança do que aconteceu já em anos anteriores, os valores da dívida a liquidar no decurso do ano seguinte, a qual será de considerar como dívida de curto prazo, e aqueles que, por força

de acordos negociados, serão pagos em exercícios posteriores, não se configurando como dívida de curto prazo, mas antes de médio/longo prazo.

Tal como em exercícios anteriores, também em 2009 o valor inscrito como saldo na conta **24 – Estado**, corresponde apenas a montantes de operações de tesouraria cobrados em Dezembro, e cuja entrega às respectivas entidades é efectuada apenas no mês de Janeiro. Quanto ao saldo da conta **268 – Outros Credores**, traduz, essencialmente, os valores em dívida relativos a transferências correntes e de capital concedidos e não totalmente pagos, e ao valor das cauções retidas a fornecedores de imobilizado como garantia de boa execução das diversas obras ainda sem recepção definitiva.

Quanto ao valor reflectido na conta **273 – Acréscimos de Custos**, traduz custos a imputar ao exercício de 2009, mas ainda sem documento de despesa, que, de acordo com o princípio da especialização do exercício devem, ainda assim, afectar a estrutura de custos do respectivo exercício. Quanto ao valor reflectido na conta **274 – Proveitos Diferidos**, corresponde ao montante de subsídio ao investimento recebidos e apenas transferido para a conta de proveitos extraordinários, na proporção da quota anual de amortização de cada bem do imobilizado participado.

A evolução registada nos Fundos Próprios do Município reflecte, basicamente, a integração do valor dos resultados transitados relativos ao exercício de 2008, corrigido depois positivamente, na sequência do registo contabilístico de um bem imóvel que estava omissa, não só em termos contabilísticos, como também em termos de inventariação e cadastro. Assim, detectada a omissão, o referido bem imóvel foi sujeito a uma avaliação por parte de um perito independente, rectificado o registo matricial e efectuada o registo na conservatória do registo predial, após o que se procedeu à respectiva contabilização e inventariação no património municipal.

Demonstração de Resultados

Prosseguindo a linha de rumo estabelecida, e há semelhança do que tem vindo a acontecer ao longo dos últimos exercícios económicos, também em 2009 foi alcançado o objectivo de aumentar a eficiência da utilização dos recursos, traduzidos na melhoria dos resultados operacionais e portanto no desempenho da organização no desenvolvimento da sua actividade. Reconhecendo a necessidade de alcançar o equilíbrio entre custos e proveitos, é de realçar o esforço efectuado no sentido de

promover uma mais eficiente realização de receita e um controlo de custos ao longo dos últimos anos. De facto, a um acréscimo de custos operacionais na ordem dos 7%, correspondeu um aumento de proveitos operacionais superiores a 11%.

A conjuntura actual, marcada por taxas de juro historicamente baixas, e o acréscimo dos proveitos extraordinários, contribuíram também para uma melhoria do resultado líquido do exercício na ordem dos 24%.

Ainda assim, assistiu-se a um acréscimo dos custos operacionais, com um impacto mais significativo na rubrica de custos com pessoal e transferências correntes concedidas. Se no primeiro caso tal facto resultou, em grande medida, dos aumentos de vencimentos verificados em 2009, bem como do conseqüente aumento de custos com encargos sociais, agravados ainda pelos ajustamentos que têm vindo a ser introduzidos nas taxas de comparticipação da responsabilidade da entidade patronal, o aumento das transferências correntes reflectem, sobretudo, o crescente apelo à intervenção da autarquia em áreas como a educação e o apoio social.

Contrariando esta tendência de crescimento, foi possível reduzir custos financeiros e o volume de custos e perdas extraordinários, permitindo desta forma compensar parte dos aumentos verificados em outras rubricas.

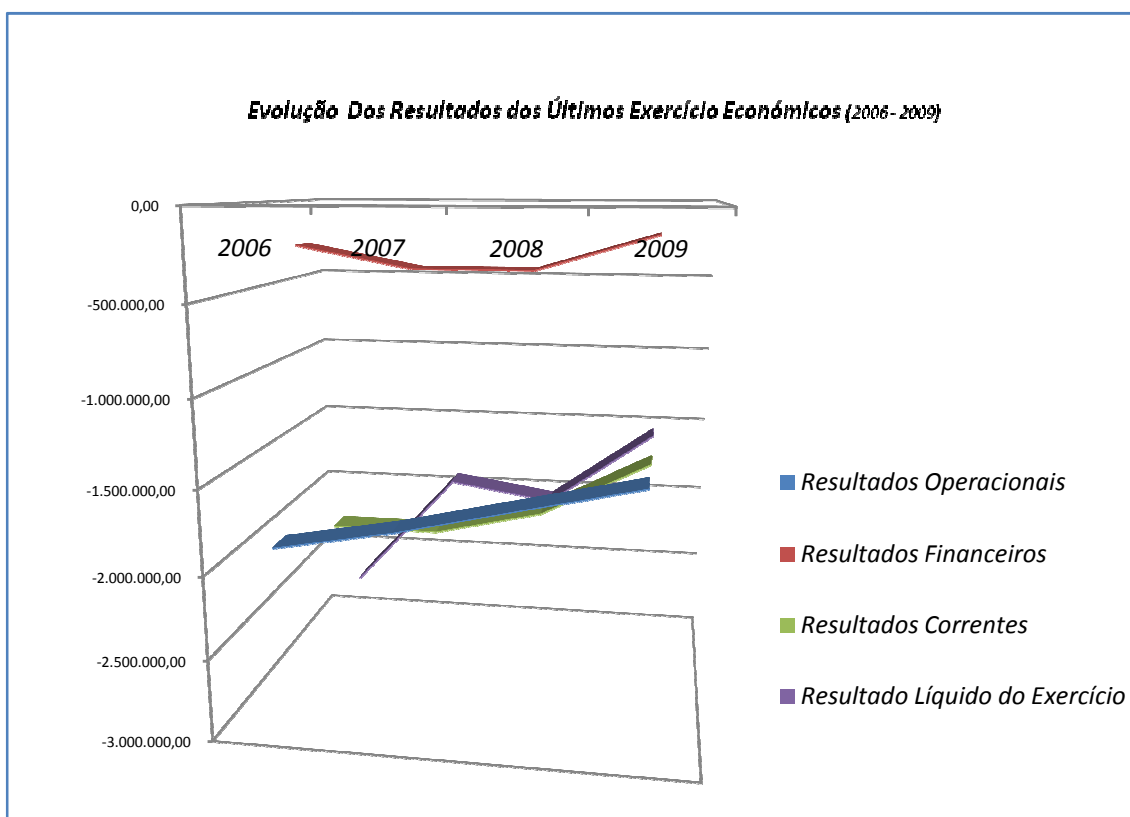
Paralelamente foi possível assegurar um aumento não só dos proveitos operacionais, mas também dos proveitos extraordinários, verificando-se ainda que a diminuição dos proveitos financeiros foi mais do que compensada pela redução dos custos da mesma natureza, conduzindo a uma melhoria global dos resultados operacionais, financeiros, correntes e, inevitavelmente, dos resultados líquidos do exercício.

Reconhecendo a evolução positiva dos resultados obtidos pelo Município de Trancoso, mas considerando que os mesmos se mantêm em valores negativos, propõem-se a sua afectação a resultados transitados.

VI – Indicadores

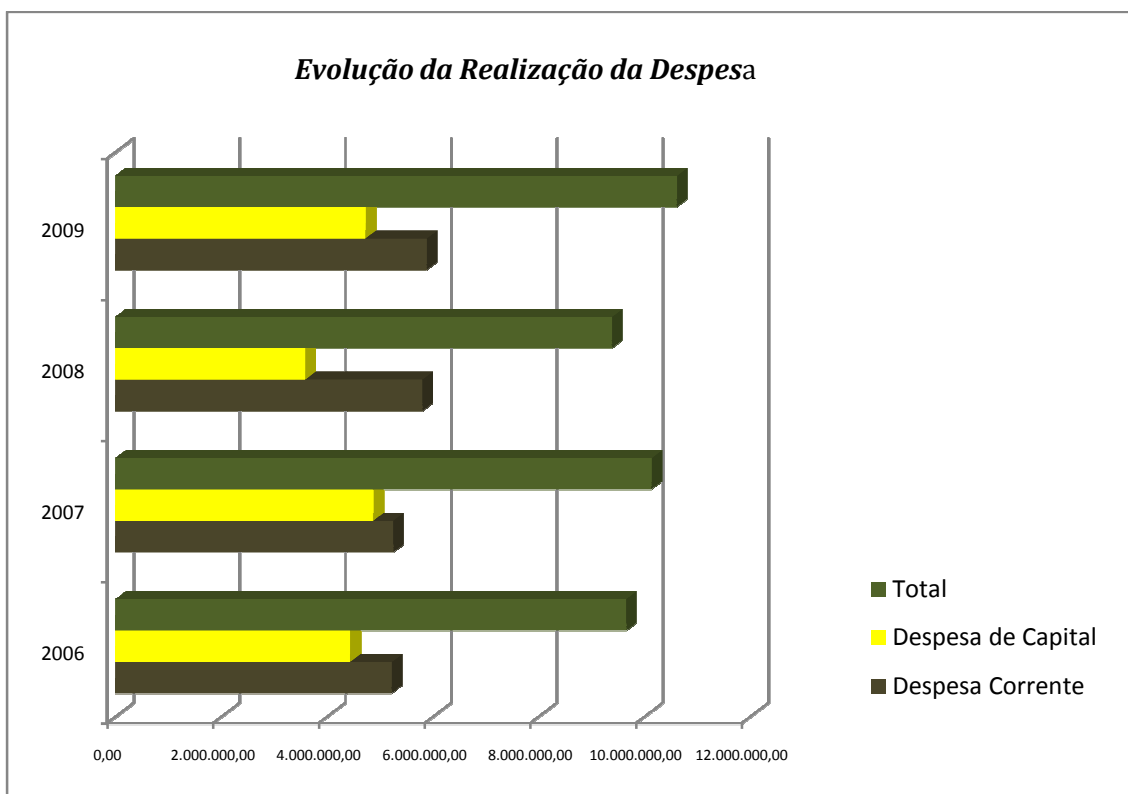
<i>Indicadores</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>
Liquidez Geral=Activo Circulante/Passivo Circulante	0,20	0,23	0,17	0,31
Solvabilidade=Fundos Próprios/Fundos Alheios	3,70	3,96	3,94	3,26
Autonomia Financeira=Activo Líquido/Passivo	2,78	2,72	2,68	2,45

VII – Análise Gráfica



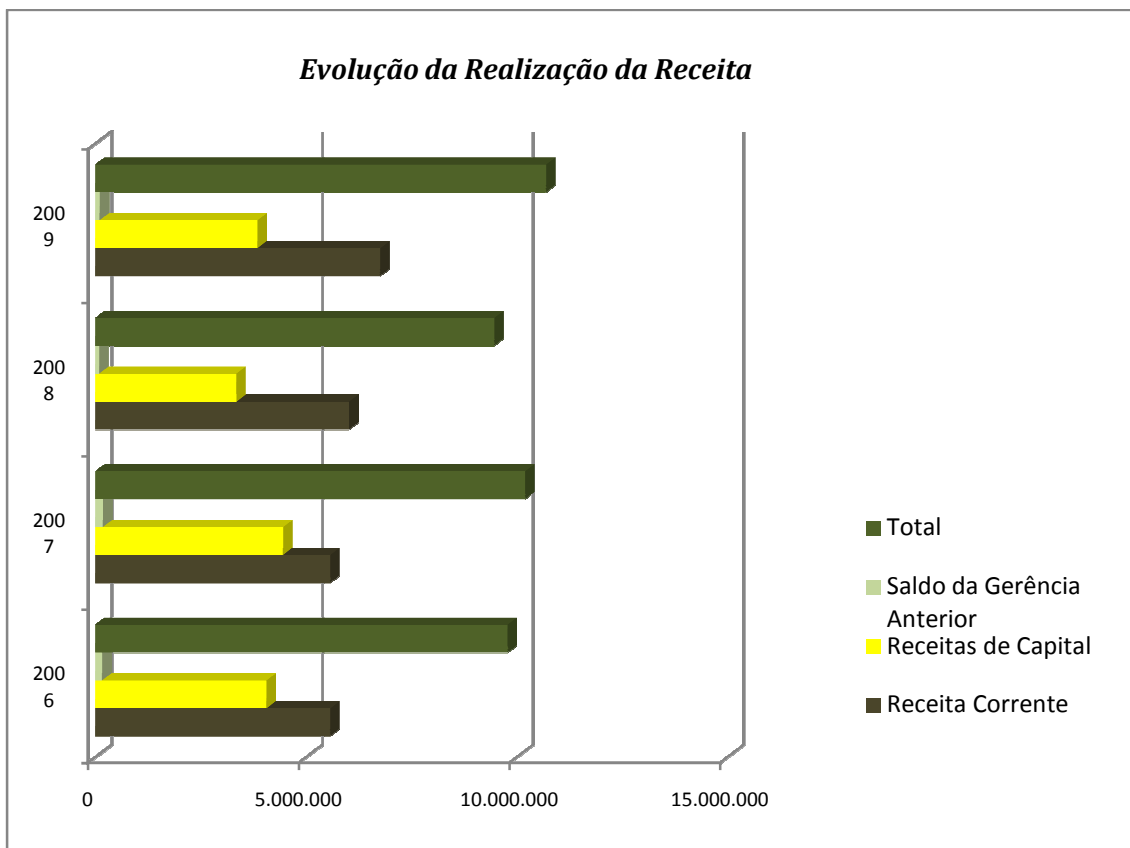
Unidade: Euro

	2006	2007	2008	2009
Resultados Operacionais	-1.874.211,62	-1.749.908,53	-1.591.814,49	-1.434.823,35
Resultados Financeiros	-237.031,81	-364.389,38	-363.932,83	-163.407,47
Resultados Correntes	-2.111.243,43	-2.114.297,91	-1.955.747,32	-1.598.230,82
Resultado Líquido do Exercício	-2.688.834,81	-1.929.088,06	-2.036.580,49	-1.547.034,31



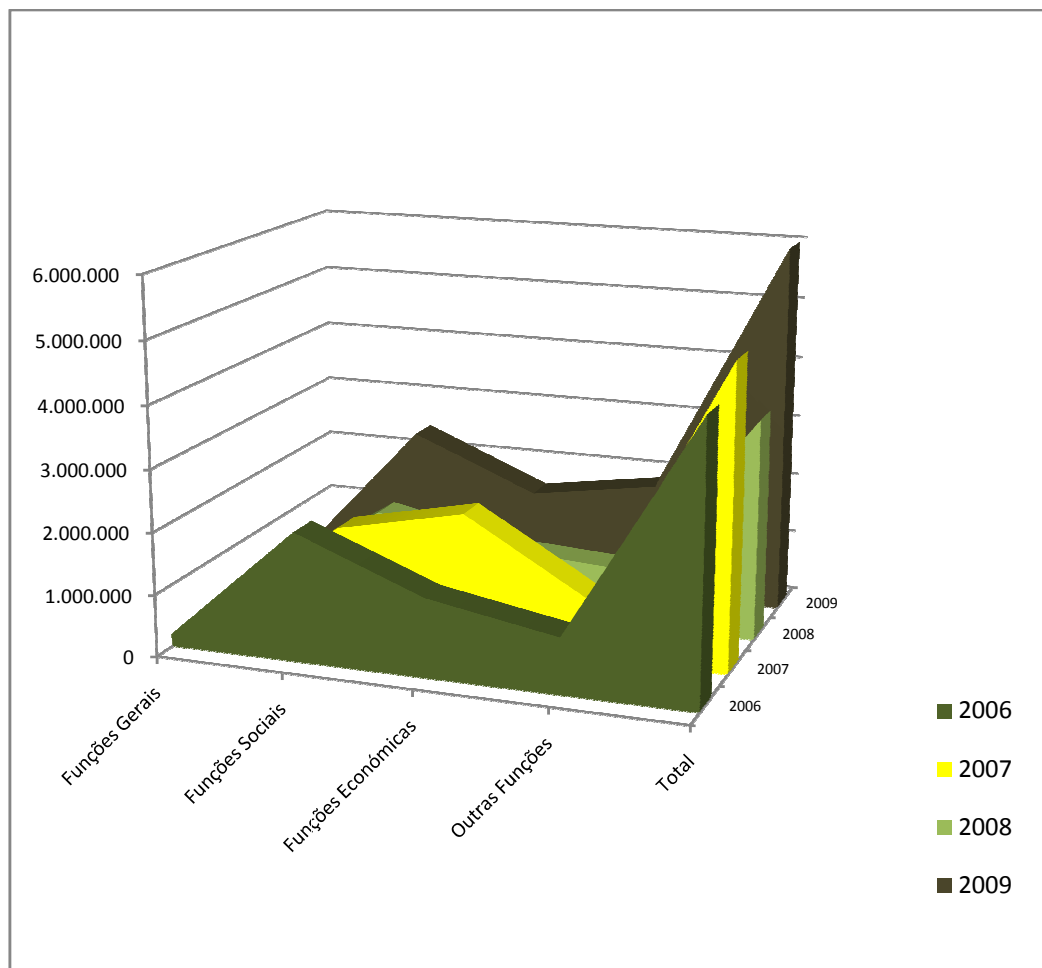
Unidade: Euro

	2006	2007	2008	2009
Despesa Corrente	5.217.293,80 €	5.255.147,16 €	5.802.089,50 €	5.881.371,68 €
Despesa de Capital	4.442.544,49 €	4.876.607,95 €	3.579.645,63 €	4.729.016,07 €
Total	9.659.838,29 €	10.131.755,11 €	9.381.735,13 €	10.610.387,75 €



Unidade: Euro

	2006	2007	2008	2009
Receita Corrente	5.569.476,80 €	5.569.193,59 €	6.022.071,30 €	6.750.824,15 €
Receitas de Capital	4.054.596,56 €	4.445.338,08 €	3.344.102,56 €	3.835.164,18 €
Sub-Total	9.624.073,36 €	10.014.531,67 €	9.366.173,86 €	10.585.988,33 €
Saldo da Gerência Anterior	159.829,25 €	179.046,22 €	95.359,69 €	102.439,84 €
Total	9.783.902,61 €	10.193.577,89 €	9.461.533,55 €	10.688.428,17 €



Unidade: Euro

	2006	2007	2008	2009
Funções Gerais	198.087	197.341	122.159	143.360
Funções Sociais	2.075.636	1.673.739	1.471.475	2.412.979
Funções Económicas	1.269.066	2.112.725	1.056.912	1.556.845
Outras Funções	899.756	892.804	931.817	1.873.898
Total	4.442.544	4.876.608	3.582.363	5.987.082